

Abstract: O autor começa recordando como o “teste” positivo da primeira CF ecumênica, realizada no ano 2000, serviu de incentivo para a decisão desta segunda CF ecumênica, cinco anos depois. A seguir, explica o contexto desta CF, realizada no meio da “Década para superar a violência”, com o objetivo de impulsionar esse movimento. Fala da preparação da Campanha, de seus objetivos, de sua organização e de suas ações concretas. Explica o que se deve entender por “ecumenismo” e quais as características de uma CF ecumênica. Por último, aborda a “natureza missionária” da CF ecumênica, insistindo em que ela é um programa global, que deveria absorver todas as energias eclesiais. Dessa forma, ela conseguirá solidificar ainda mais o pacto ecumênico dos cristãos e cristãs, contribuindo eficazmente para manter vivo o processo que nos aproxima da paz.

The author recalls a “test” launched by the first Brazilian “Campanha da Fraternidade” in 2000 as an incentive to an oecumenical endeavour, which is now being taken up again five years later with new initiatives to be taken into account in the stages of preparation, in its aims and specific actions. The context of this year’s “Campanha da Fraternidade” is the “Decade of overcoming violence” so as to give new incentive to this movement. An explanation is being offered for “oecumenism” to enhance more widely the “Campanha da Fraternidade” for grater impact on various social groups. Finally he delves into the missionary dimension of the oecumenical “Campanha da Fraternidade” in view of its wider program which should include all the ecclesial energies. In this way it should strengthen the oecumenical link among Christian communities by a common effort to support the aim of promoting peace among various social groups.

Campanha da Fraternidade – 2005 Ecumênica

“Solidariedade e Paz”

*Gabriele Cipriani**

* Pe. Gabriele Cipriani, CP, Secretário para os Programas do CONIC.



A decisão da segunda CF ecumênica

A Campanha da Fraternidade-2005 Ecumênica é um evento da maior importância no lento mas irreversível caminhar das Igrejas cristãs em busca de reconciliação e paz. Ela encarna uma maneira evangélica de construir a comunhão cristã, permite avaliar o real envolvimento das Igrejas no movimento ecumênico e põe à prova a possibilidade de um novo paradigma da missão cristã no mundo contemporâneo.

No ano 2000, as Igrejas-membro do Conselho Nacional de Igrejas cristãs do Brasil (CONIC) surpreenderam a opinião pública brasileira ao promoverem em conjunto uma Campanha da Fraternidade (CF). Elas se colocavam na contramão da competição cotidiana que caracteriza o anúncio do Evangelho no Brasil pelas diferentes denominações cristãs. Aquela foi entendida pelas Igrejas como uma Campanha extraordinária, promovida por ocasião dos 2000 anos da Encarnação do Filho de Deus. A importância do Jubileu motivou a Igreja Católica a abrir esse novo espaço de cooperação entre as diferentes tradições cristãs. A oferta da CNBB ensejou, porém, que as Igrejas cristãs no Brasil e a própria Igreja Católica experimentassem a possibilidade de uma nova ação evangelizadora não denominacional, mas ecumênica.

A realização daquela Campanha comprovou a natureza ecumênica da CF, bem além da sua marca católica, e testou a fragilidade e a solidez e do movimento ecumênico no Brasil. Se, por um lado, alguns foram surpreendidos pelas exigências de um compromisso superior à sua preparação, por outro lado, a grande maioria avaliou positivamente a Campanha ecumênica e solicitou a repetição desse grande programa, porque corresponde às expectativas da maioria das pessoas que vivem a experiência cotidiana da pluralidade religiosa até em seus próprios lares.

Ao avaliar os resultados da CF-2000, também a CNBB deparou com um consenso muito significativo de todos os seus Regionais sobre a iniciativa extraordinária realizada por ocasião das celebrações do Jubileu. O episcopado católico, durante a Assembléia Geral da CNBB, em 2001, consultado sobre a oportunidade de uma nova CF Ecumênica, concordou, por grande maioria de votos, em disponibilizar novamente a Campanha da Fraternidade para que as Igrejas-membro do CONIC a realizassem em conjunto. A decisão de realizar uma segunda Campanha Ecumênica foi tomada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Na X Assembléia Geral – comemorativa dos 20 anos do CONIC – realizada em Brasília de 13 a 15 de novembro de 2002 – a proposta,



apresentada pela Diretoria do CONIC, foi posta em votação e aprovada “com entusiasmo” (Ata, 9). Mais uma vez as Igrejas-membro do CONIC tomaram uma decisão histórica. Transformando o evento da CF do ano 2000 de episódio ocasional em uma nova fase da CF ainda a ser solidificada, mas correspondente às expectativas de muitos cristãos e à evolução do panorama religioso no Brasil.

O contexto da segunda CF ecumênica

A Diretoria do CONIC justificou a iniciativa da apresentar a proposta de uma nova Campanha ecumênica com o objetivo de impulsionar a “Década para Superar a Violência” e contribuir para a preparação da IX Assembléia do CMI a ser realizada em Porto Alegre de 14 a 23 de Fevereiro de 2006.

O Conselho Mundial de Igrejas – CMI, na 8ª Assembléia, em Harare, conclamou as igrejas cristãs a realizarem uma Década para superar a Violência nos anos 2001 – 2010. Essa iniciativa soma com a “Década Internacional de uma cultura de paz e não-violência para as crianças do mundo” lançada pela UNESCO.

O CONIC junto com outras entidades ecumênicas, comprometeu-se com essa Década desde a IX Assembléia Geral do ano 2000. Seu lançamento foi motivo de encontro, em Brasília, de todos os Presidentes das Igrejas-membro do CONIC.

A Década para Superar a Violência: as igrejas em busca de reconciliação e de paz é uma iniciativa que tem como objetivo envolver as igrejas, as organizações ecumênicas e as pessoas de boa vontade a trabalharem juntas pela paz, a justiça e a reconciliação em todos os níveis – local, regional e mundial. Trata-se de adotar enfoques inovadores para a construção da paz conforme o espírito do Evangelho. Nesse sentido, o CMI tem produzido subsídios que estudam e solicitam o aprofundamento de vários temas: o espírito e a lógica da violência; o uso, abuso e mau uso do poder; os problemas da justiça; a identidade e o pluralismo religioso.

No Brasil, as Igrejas entraram na Década assumindo seu objetivo geral de colocar a preocupação e o esforço de superar a violência e de promover a Dignidade Humana e a Paz no centro da vida e do testemunho das igrejas, e dos organismos ecumênicos. Mas foi assumido também o objetivo ambicioso de se relacionar e colaborar com os crentes de outras religiões e com os movimentos sociais que lutam pela justiça, a paz e a



integridade da criação, de modo a formar um movimento amplo em favor da construção de uma cultura de paz.

Para ser eficaz, o testemunho das igrejas deve partir do necessário arrependimento pela cumplicidade em ações violentas; superar a lógica, o espírito e a prática da violência no interior das comunidades cristãs e em relação a outras tradições religiosas e, enfim, tornar-se instrumento de reconciliação, solidariedade e paz na sociedade.

A realização da IX Assembléia do CMI no Brasil, em fevereiro de 2006, esteve também nas preocupações da Diretoria do CONIC ao propor a segunda CF ecumênica. Essa assembléia é um evento extraordinário para os cristãos do Brasil e do mundo. Por ser a primeira Assembléia do CMI a ser realizada na América Latina, assume um valor histórico extraordinário para as comunidades do nosso Continente. A preparação do povo cristão à acolhida da graça de Deus para a transformação do mundo, um renovado impulso da Década para Superar a Violência, os novos rumos e o progresso do ecumenismo, para o testemunho comum dos cristãos em um mundo em busca de paz, exigem um empenho maior por parte das Igrejas-membro do CONIC. A segunda CF ecumênica, com a amplitude de sua proposta, bem corresponde a tantos desafios e compromissos.

A preparação da CF ecumênica e seus objetivos

A experiência de trabalho em conjunto do ano 2000, facilitou a organização da segunda CF ecumênica. Foi novamente formada uma Comissão Organizadora com dois membros delegados de cada Igreja. A Comissão, seguindo o caminho traçado no ano 2000, preparou a Campanha, agora entregue às capacidades de realização do povo de Deus. É muito importante o testemunho da Comissão Organizadora das duas Campanhas ecumênicas. Constituída na base do princípio que rege o CONIC, isto é, na qualidade cristã das igrejas-membro e não na sua força numérica, a Comissão paritária buscou na oração, no respeito das contribuições de seus membros e das tradições das Igrejas representadas, as inspirações e luzes necessárias para encaminhar esta segunda Campanha ecumênica. Tratava-se de interpretar as intenções das igrejas, de estabelecer objetivos concretos, de seguir métodos ecumenicamente rigorosos e conseguir a participação maciça do povo das Igrejas e da sociedade brasileira. Diante dessa tarefa desafiadora, a Comissão vem fazendo uma extraordinária experiência de fé e de comunhão eclesial,



orando juntos, superando juntos dificuldades e resistências, alegrando-se juntos pelos passos dados.

Ao escolher o tema da Campanha, a Comissão Ecumênica, constituída pelas Igrejas, refletiu sobre os desafios urgentes que o povo brasileiro enfrenta e sobre ações que resultariam significativas para 2005. A urgência de superar a violência, o sentimento de medo que invade a população, a frustração diante das medidas inadequadas no combate ao crime organizado, o desafio de superar a miséria e a fome, logo apareceram como questões candentes.

Mas, como encarar um tema tão complexo como o da violência? Com a contra-violência das ações policiais, com o exército, armando os cidadãos? Como enfrentar o terrorismo? Com as guerras? Isso não seria outra coisa que desencadear um processo de multiplicação de violências até chegar a graus incontroláveis, quando ninguém mais vai conseguir avaliar os riscos e contar o número de vítimas inocentes. O caminho da não-violência ativa e da solidariedade pareceu à Comissão a única resposta possível a perguntas tão angustiantes. Há sem dúvida vítimas na cotidiana construção da paz, assim como a luta pela justiça exige uma entrega à causa até o martírio, mas existe um único caminho para a paz e é o caminho da convivência solidária de todos os seres humanos. Isso levou a Comissão a escolher, depois de ampla consulta, o tema “*Solidariedade e paz*” para a segunda Campanha ecumênica. O lema “*Felizes os que promovem a paz*” (Mt 5,9) convoca os cristãos e toda a humanidade a percorrerem confiantes o caminho das Bem-aventuranças proclamadas por Jesus Cristo.

A segunda Campanha Ecumênica quer ser uma reafirmação de que campanhas ecumênicas desse tipo são possíveis. Quer resgatar do episódico a Campanha do ano 2000, levando a um renovado compromisso da sociedade com a construção de uma cultura de paz. A Comissão ecumênica organizadora colocou-se, portanto, em sintonia com a aquela primeira campanha e buscou uma maneira de dar-lhe continuidade. Esta segunda campanha, obviamente, se realiza no contexto social e eclesial do ano de 2005. A questão da superação da violência faz parte das preocupações cotidianas dos brasileiros. Mais de 60% declaram viver em estado de medo. Os meios de comunicação social se encarregam de manter viva a tensão da população através de informações e comentários, quando não incitam a reações violentas.

A superação da violência exige um discurso novo, positivo, uma proposta de ações construtivas e não apenas repressivas. A paz não é a



mesma coisa que segurança, mas é um conjunto de pensamentos, de atitudes, de estruturas sociais, de relações humanas, de bens a serem partilhados, que não pode ser apenas resultado do uso preventivo ou repressivo da força, de ações policiais ou de iniciativas bélicas, mas é meta de projetos políticos, culturais e sociais que concretizem os direitos humanos. A solidariedade, como convivência, como fraternidade positivamente vivida, como co-responsabilidade pela vida e pelo destino de cada ser humano considerado um irmão ou irmã, é caminho certo que conduz para a paz. A Comissão deu-se conta então de que tudo correspondia a um desenho maior. A Campanha Ecumênica do ano 2000 havia proposto construir a paz sobre o fundamento da dignidade humana – *“Dignidade Humana e Paz”*. Agora, podia ser colocada uma segunda pedra angular, a da solidariedade – *“Solidariedade e paz”*.

Valeria, portanto a pena manter o objetivo geral da CF-2000 Ecumênica, com as variantes necessárias para a finalidade atual da Campanha: *“Unir Igrejas cristãs e pessoas de boa vontade na superação da violência, promovendo a solidariedade e a construção de uma cultura de paz”*. Objetivo este que garante a finalidade ecumênica da CF, indicando como sinais visíveis de comunhão eclesial os testemunhos comuns da solidariedade.

Há quem considere as temáticas do ano 2000 e de 2005 amplas demais para uma Campanha, mas os objetivos específicos e as ações concretas que ela propõe se encarregam de tornar também esta CF extremamente prática e ao alcance da sociedade. A CF ecumênica desafia as Igrejas para que superem a intolerância religiosa e desenvolvam uma espiritualidade alicerçada na reconciliação e na solidariedade. Prevê ações públicas para reformar e aperfeiçoar a legislação e as instituições de segurança pública. Incentiva a denunciar as injustiças e apoiar iniciativas de reformas estruturais que visem a transformação das condições econômicas, sociais e culturais que causam violência. Promove a solução não violenta dos conflitos sociais e clama pela inclusão dos menos favorecidos, solicitando também generosidade nas ações compensatórias.

Organização e ações concretas

Que ações concretas a Campanha Ecumênica vai propor, para que Igrejas e sociedade trabalhem juntas na superação da atual situação de violência que apavora o país? As igrejas têm suas estruturas e seus meios, suas agendas. Mas a Campanha propõe às Igrejas que dêem um passo



novo na organização de seu serviço solidário. Duas pequenas estruturas de nível local podem ajudar o povo a se organizar de maneira nova para ser protagonista de solidariedade e paz. Formar “*Grupos Ecumênicos de Vivência Cristã*” corresponde à situação atual de pluralidade religiosa e à exigência do testemunho de solidariedade dos cristãos. No mundo diversificado, em que vivemos, onde a maneira de resolver os conflitos depende de visões diferentes, de espiritualidades e processos interiores, de atitudes e estilos de vida, os cristãos são chamados a se unir e dar sua contribuição para a construção da paz. Formar grupos ecumênicos de cristãos torna-se cada vez mais uma necessidade de convivência fraterna. Mais de 20% dos brasileiros participam de celebrações e eventos em Igrejas diferentes da sua. Em média, em uma família de quatro pessoas, uma pertence a agrupamento religioso diferente. Unir-se entre familiares, amigos, vizinhos de diferentes tradições cristãs é testemunho necessário de construção da paz a partir da fé religiosa. Não se trata de reproduzir nesses grupos as práticas próprias das Igrejas às quais pertencemos, trata-se de viver a Palavra, seguir o testemunho de Jesus, refletir juntos sobre os caminhos da solidariedade e tomar iniciativas conjuntas para a construção de uma cultura de paz.

Não sendo a paz propriedade privada dos cristãos, a Campanha propõe a união de todas as pessoas de diferente religião ou pensamento que estejam dispostas a contribuir para a paz. Formar um “*Fórum Pela Paz*” em cada lugar, em cada ambiente, (em uma escola, em um bairro, em um município) significa constituir um instrumento de cooperação eficiente entre cristãos, pessoas de outra crença e entidades comprometidas com a superação da violência. O “*Fórum Pela Paz*” não tem dono, como a paz não tem dono. Mas no Fórum todos os participantes, com sua própria identidade, se percebem interdependentes e solidários e buscam soluções não violentas aos conflitos estruturais e conjunturais, com meios não violentos, mas eficazes.

Estes dois instrumentos correspondem a uma solidificação de formas ecumênicas, inter-religiosas e inter-culturais necessárias para a convivência pacífica numa sociedade cada vez mais plural e pluralista.

No meio de tanta violência de que somos rodeados, a Campanha Ecumênica propõe, como primeira tarefa, *desarmar-se e promover a devolução voluntária de armas de fogo*, registradas ou clandestinas. Andar armado ou conservar armas significa dispor-se a soluções violentas de conflitos que podem naturalmente surgir nas relações individuais e sociais. O Brasil é o país onde mais se mata com arma de fogo no mundo. Cerca



de metade dos assassinados são cometidos por pessoas sem antecedentes criminais. A grande maioria dos crimes é cometida com armas brasileiras e de calibre permitido. As armas representam muito mais risco do que segurança para quem as porta. Desarmar-se é dimensão própria da dignidade humana. Pessoas dignas não se armam, mas se tornam solidárias também na hora dos conflitos.

O testemunho de Jesus, como sempre, é maravilhoso. Na hora do conflito extremo da Paixão, no Jardim das Oliveiras, *“vendo o que ia acontecer, os que estavam com Jesus disseram: “Senhor, vamos atacá-los com a espada? E um deles feriu o servo do sumo sacerdote, cortando-lhe a orelha direita. Jesus, porém, ordenou; “Deixai, basta!” E tocando a orelha do homem o curou”* (Lc 22,49-51). A cura dada nesta hora do conflito foi o grande sinal da solidariedade de Jesus a que eram educados os primeiros discípulos. Desarmar-se e não comercializar armas são atos de respeito à vida e exigências fundamentais da solidariedade e da paz. A Campanha aposta na iniciativa de Igrejas, Grupos Ecumênicos de Vivência Cristã, Fóruns Pela Paz, outras organizações que já atuam neste campo, para organizar a devolução voluntária das armas de fogo.

Mas 2005 é também o ano de um ato importante em que a população é chamada a se manifestar positivamente em favor da paz, aprovando, por meio de *referendo*, a proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas na Lei. O Estatuto do desarmamento prevê o referendo para outubro de 2005. A Campanha da Fraternidade Ecumênica assume o compromisso de mobilizar a população brasileira para que decida, de forma democrática e mediante sufrágio universal, em favor da proibição definitiva da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. As Igrejas que no mundo inteiro vem prestando atenção especial para a questão do desarmamento, podem informar, mobilizar e orientar as comunidades, oferecendo a contribuição específica de uma visão ética, espiritual e teológica à campanha nacional e internacional contra o comércio de armas.

Mas desarmar-se é apenas o primeiro passo em direção à paz. O caminho é a solidariedade. Não é suficiente devolver as armas para construir a paz. Desarmar-se, antes que uma devolução de armas, é um ato interior de conversão à solidariedade. Tarefa prioritária é *participar na elaboração e no controle social de políticas públicas*. Ações positivas de construção da paz devem ser empreendidas. A democracia, como a paz, é uma construção cotidiana que acontece por meio da participação



ativa da população, na elaboração e no controle das políticas públicas. Os pleitos eleitorais, a mobilização da população para a defesa e a promoção da justiça e do direito, são instrumentos legítimos. E os cristãos vivem no mundo como companheiros de todos os construtores de uma sociedade justa e solidária. Há, porém, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, um espaço amplo de participação. Este espaço ainda não é usado devidamente pela sociedade. A Campanha quer contribuir para uma ativação e funcionamento eficiente desses instrumentos. O Art. 204 da Constituição Federal assegura que o povo participe diretamente nessa elaboração e controle social das políticas públicas em todas as esferas: nacional, estadual, municipal. Existe, no Brasil, um grande número de Conselhos. São espaços abertos para a participação popular: Conselhos de Direitos Humanos, Conselhos de Saúde, Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, Conselho do Idoso, Conselhos da Comunidade. Ocupar esses espaços públicos, contribuir para seu funcionamento, controlar as políticas públicas, para que sejam elaboradas conforme o direito e a justiça, são ações solidárias que contribuem eficazmente na construção de uma cultura de paz.

A constituição de uma “*Defensoria da Paz*”, formada por entidades da sociedade civil contra a omissão das Instituições, vai ser uma força nova para prolongar a ação da Campanha no futuro. A construção de uma sociedade mais justa e fraterna passa pelo controle social. A Paz é patrimônio social, um bem essencial para a vida, o direito e o exercício pessoal e coletivo da cidadania. Defender a Paz, prevenir situações de conflito, apontar casos de risco, vai ser uma ação constante da Defensoria, pronta a vigiar sobre as condições da paz social no Brasil.

Educar-se e educar para a paz é uma necessidade humana, pois a vida constantemente nos exige enfrentar relações e situações conflituosas que precisam ser transformadas em relações justas e solidárias. Para testar com frequência o grau de aproximação a uma cultura de paz, a Campanha propõe um cuidado especial com as categorias mais débeis da sociedade humana: as crianças e os idosos. Se soubermos cuidar adequadamente dessas pessoas, saberemos cuidar da paz de toda a sociedade. A Campanha aposta na ativação dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente e no resgate e funcionamento adequado dos Conselhos Tutelares. O Estatuto do Idoso é Lei desde 1º de outubro de 2003. Mas ele é pouco conhecido para ser devidamente aplicado, no respeito ao exercício da cidadania plena. Levar ao conhecimento da população o Estatuto do Idoso,



e exigir a constituição do Conselho do Idoso nos Estados onde ainda não existe e em todos os municípios, é uma prioridade da Campanha da Fraternidade Ecumênica.

Ecumenismo e CF-ecumênica

Li, tempo atrás, algumas conferências pronunciadas em um Congresso internacional. Um conferencista iniciou sua exposição com a exclamação: “O ecumenismo, que problema!” Trata-se de um ponto de vista. Poder-se-ia dizer com ênfase: “O ecumenismo, que solução!”. Desde a primeira CF ecumênica, o CONIC tomou a decisão de não entrar em discussões sobre ecumenismo nem discutir temas tradicionalmente polêmicos entre as Igrejas cristãs. Não se nega a importância da reconciliação da memória teológica e histórica nas relações das tradições cristãs. Aliás, o CONIC trabalha intensamente no intuito de oferecer às Igrejas oportunidades e subsídios que ajudem o povo cristão a encontrar-se numa comum profissão da fé. O Conselho aposta no ecumenismo como solução de muitos problemas que o cristianismo carrega consigo há séculos. Na Campanha prefere-se contar com a força da solidariedade como sinal visível da comunhão eclesial: *“Nisto todos reconhecerão que vocês são meus discípulos, no amor que tiverdes uns para com os outros”* (Jo 13, 35). Ao redor dos sinais de visibilidade que nascem do amor de uns para com os outros, a Campanha quer unir os cristãos. Há quem considere esta vertente apenas social e não teológica e, por isso, não estritamente ecumênica. Infelizmente, a fragmentação das ciências, quer leigas quer religiosas, não permite muitas vezes discernir o que é teológico. Será que a fraternidade vivida na solidariedade não faz mais parte da teologia cristã? Será que esta se ocupa somente de Deus em si, não relacionado com a humanidade e seus anseios, esperanças, vida, morte etc? Será que teológico é somente o que se refere em abstrato a sacramentos, liturgias, criação, pecado, graça, redenção etc?

Incentivar o encontro e a cooperação das Igrejas ao redor do compromisso comum de superar a violência por meio da solidariedade, e a construção de uma cultura de paz, é o grande projeto ecumênico da CF-2005, assim como no ano 2000 as Igrejas foram convocadas a unir-se na defesa da dignidade da pessoa humana, fundamento cristão da paz. As Igrejas se unem dando testemunho do caminho que estão percorrendo, para elas mesmas superarem a violência que as atinge diretamente: competição, intolerância, discriminação, exclusão. Esse testemunho



reforça a autenticidade da mensagem e garante que a solução ecumênica é compartilhada pelas Igrejas promotoras. As Igrejas unidas são uma força que impulsiona cada vez mais cristãos e cristãs a contribuir na construção de uma sociedade justa e solidária.

A natureza ecumênica da CF é explicitada pela sua proximidade ao Evangelho e pelos sinais visíveis de unidade que o povo cristão manifesta publicamente ao realizar a Campanha. É bem conhecida a marca católica da CF. Algumas reservas foram levantadas por causa disso, quanto à sua idoneidade ecumênica. De fato a CF continua sendo, ainda hoje, quando o ambiente católico vem passando por mudanças profundas, uma das maiores iniciativas de evangelização promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mas essa marca é simplesmente externa, ligada ao fato de a CNBB ter inventado a CF e tê-la realizada pelo longo período de 40 anos. Mas a dimensão cristã e, portanto, ecumênica da CF, foi de fácil intuição já desde a fundação do CONIC. Hoje, com a excessiva preocupação por parte das lideranças das Igrejas e de alguns grupos, de que se perca a identidade denominacional, pode ser útil alguma justificativa.

O amadurecimento ecumênico das Igrejas cristãs no Brasil, que levou à constituição do CONIC com a participação da Igreja Católica junto com Igrejas de tradição protestante, em 1982, solicitou também uma reflexão mais atenta sobre o tipo de ecumenismo que o Conselho estava propondo. Dava-se por certo a aproximação, o intercâmbio de bens eclesiais e a cooperação entre as Igrejas-membro sem preconceitos nem exclusões.

A CNBB, que na Assembléia Geral de 1978 aprovava a sua plena participação no Conselho de Igrejas a ser constituído, nas informações e comentários gerais sobre a CF de 1979 já introduziu as seguintes reflexões: “Tratando-se de uma atividade de Igreja e propondo-se construir a fraternidade, não pode a CF prescindir de uma clara e sincera dimensão ecumênica. Sendo embora uma iniciativa da igreja católica, e subordinada à CNBB, a CF deve levar em conta a existência de outras igrejas cristãs e buscar a sempre maior unidade em Cristo”. Depois de ter exemplificado algumas possibilidades de cooperação ecumênica realizáveis naquela época, o texto continua: “*O futuro dirá se é ou não conveniente e viável fazer da CF uma ação conjunta das várias igrejas cristãs. Antes de qualquer deliberação a esse respeito deverá também pronunciar-se o recém-criado Conselho Nacional de Igrejas Cristãs*”. (Cfr Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, “*Preserve o que é de todos*”, CF-79, Brasília, 1979,



p.4. Esse auspício voltou a ser expresso em outras CFs, prevendo até a possibilidade de subsídios ecumênicos: CF: 1988, p.20; 1990, p.14).

O futuro dirá!”. Essa intuição de 1979 acerca do futuro ecumênico da CF realizou-se no ano 2000. Alguém pode pensar tratar-se de um episódio isolado, justificado pelo grande Jubileu da Encarnação. Mas, a segunda CF ecumênica está aí para apontar o caminho de uma nova fase da Campanha da Fraternidade. A CF-2005 mostra as possibilidades abertas para as Igrejas cristãs no Brasil continuarem com maior afincamento sua caminhada ecumênica.

A natureza ecumênica da CF percebia-se vinculada à fraternidade que une todos os seres humanos na sua dignidade de filhos e filhas do único Deus. Os sinais visíveis do Reino de Deus, postos pelas comunidades cristãs e por todos os crentes da humanidade, devem ser considerados entre as garantias da comunhão eclesial: *“Nisto todos reconhecerão que sois meus discípulos: no amor que tiverdes uns para com os outros”* (Jo 13,35).

A solidariedade, a fraternidade vivida, é fundamento da comunhão eclesial e como que o outro nome da comunhão eclesial. Esta é manifestada também através de outros sinais visíveis, mas *nunca sem o sinal do amor fraterno*. O projeto de *koinonia* que cada vez mais tem inspirado o movimento ecumênico é abrangente e continua sendo objeto de atentos estudos. Comunhão, de fato, possui uma pluralidade de significados, mas todos os sentidos de comunhão tendem a enriquecer o significado da comunhão eclesial: “a comunhão dos santos”, a comunhão de pessoas provenientes de diferentes caminhos humanos e que formam, no mistério envolvente do amor da Trindade, o Povo que pertence a Deus.

A solidariedade é ação, aproximação real do irmão, hábito de socorrer os necessitados, resgate da dignidade e do direito, empenho a favor da justiça, responsabilidade solidária pela vida plena dos seres humanos e do planeta no universo. A comunhão do Povo de Deus se torna serviço e sinal de reconciliação de toda a família humana. Essa proximidade da CF ao núcleo do Evangelho a torna perfeitamente ecumênica, sendo a fraternidade característica fundamental de todas as diferentes tradições cristãs.

A conversão, na busca de uma vida mais fraterna, constitui uma experiência de fé a ser celebrada no mistério do Cristo morto e ressuscitado, sacramento da páscoa do povo cristão. Essa conversão contínua solicita também as Igrejas cristãs a viver uma comunhão renovada e testemunhar sua solidariedade com toda a família humana.



A natureza missionária da CF ecumênica

A relação da Igreja com a humanidade e com toda a criação é dimensão integrante da sua natureza. A eclesialidade encontra na missão o acabamento da comunhão eclesial. O Povo reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, é no mundo sinal e instrumento da íntima união com Deus. Pode-se descobrir aí também a natureza missionária do ecumenismo. Ecumenismo e missão, diálogo e missão são estranhamente objeto de perplexidade e suspeitas. O ecumenismo e o diálogo colocam, sem dúvida, em crise o tipo de missão que identifica o ser cristão com a pertença denominacional. A missão, como é tradicionalmente entendida, costuma ser identificada com a expansão denominacional. Mas quem pode provar que cada comunidade cristã encarna totalmente o evangelho? Ser católico romano é sempre igual a ser cristão? Todas as comunidades metodistas ou de outra denominação são todas e sempre realmente cristãs? Uma pertença eclesial é necessária, mas os “benditos do Pai”, aqueles que realizam as bem-aventuranças, transbordam as denominações eclesiais. Os benditos do Pai, aqueles que deram de comer a quem passava fome e de beber a quem estava com sede, não são reconhecidos pela pertença denominacional e sim pelo sinal da solidariedade. É a esse testemunho e a essa experiência que se vincula o paradigma ecumênico da missão.

A natureza missionária da CF ecumênica encontra-se na sua proximidade às aspirações da sociedade e na contribuição que os cristãos conseguem dar para a elaboração de uma cultura da vida, da solidariedade e da paz. Como ser Igreja hoje no mundo? É uma questão que perenemente deve solicitar as respostas das diferentes tradições cristãs. É a pergunta que se fez a CNBB ao iniciar o novo milênio. Como ser Igreja hoje no mundo, é também a pergunta que perpassa todo o movimento ecumênico desde seu começo.

O Concílio Vaticano II, ao iniciar a Constituição sobre “a Igreja no mundo contemporâneo”, descreve, em uma das suas expressões mais felizes, a situação dos cristãos no mundo: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”(GS 1). O reencontro da Igreja com o mundo e o caminhar juntos dos cristãos com todos os seres humanos, caracteriza a missão, como já caracterizou a vida e a missão do próprio Jesus Cristo.



A missão cristã não é sempre a mesma. A Igreja vive no mundo, compartilha situações e projetos, derrotas e reconstruções, com a missão de oferecer um suplemento de esperanças e de solidariedade aos demais seres humanos em busca de salvação.

A missão não pode ser definida uma vez por todas. Os problemas da humanidade mudam rapidamente. As soluções positivas seguem novos problemas. Estes constituem o condicionamento histórico da missão eclesial, que lhe exige novas formas e novos conteúdos.

A busca de novos métodos, de novas formas, é sem dúvida importante, mas trata-se também de conteúdos, o que torna a questão da missão mais difícil e comprometedora. As Igrejas cristãs viveram uma relação difícil com o mundo moderno e costumam a dialogar com a cultura contemporânea. O novo modo coletivo de sentir, pensar e agir é estranho à tradição das comunidades cristãs e os fiéis, cada vez mais sensíveis às visões da sociedade contemporânea, dispensam facilmente os serviços das instituições eclesiais. Apela-se assim por um novo entusiasmo missionário que apressadamente tenta trancar as portas para que ninguém saia e anseia ingenuamente um retorno dos que já saíram em busca de outros apriscos ou de nenhum, tirando do baú os instrumentos usados no tempo feliz da cristandade.

Um novo paradigma da missão cristã no mundo vem sendo construído pelo movimento ecumênico. O livro de Atos anota a compreensão da mensagem de Jesus por parte das primeiras comunidades cristãs: “*Sereis minhas testemunhas...*” (At 1, 8). O testemunho é a realização dos ideais concretamente vividos pelas pessoas que interpretam o testemunho do próprio Jesus, é o conjunto dos comportamentos, das opções históricas feitas pelos cristãos em companhia de uma humanidade em contínua busca de vida. A Igreja vive no mundo e o seu testemunho deve corresponder necessariamente às demandas de salvação da humanidade na passagem atual da história. Por isso, a missão eclesial deve ser compreendida sempre em relação aos problemas do mundo e às necessidades dos seres humanos.

Entre tantas urgências da complexa situação mundial atual, duas são particularmente significativas para a missão eclesial: a construção de *uma nova cultura de paz*, e o estabelecimento de *uma nova ordem econômica mundial*. Estes estão entre os mais visíveis “sinais dos tempos” que a comunidade cristã deve aprender a discernir. Eles servem para definir a agenda do testemunho cristão. As Campanhas da Fraternidade



ecumênicas, no seu ideal e nas suas estruturas, estão em dia com as novas formas e os novos conteúdos.

Pelo que se refere à construção de uma cultura de paz, o testemunho da comunidade cristã deve ser capaz de construir âmbitos de reconciliação, de diálogo, de encontro entre os povos. Novas formas de convivência, e mecanismos mais justos de distribuição dos bens e do saber devem ser criadas. É o desafio do encontro das culturas enquanto portadoras de expectativas de vida, com conteúdos e formas diferentes. As diferenças não têm necessariamente uma carga ameaçadora da outra cultura, mas podem ter potencialidades desconhecidas a outros povos. Uma cultura milenar e sólida como a cristã depara com um desafio muito grande ao encontrar-se com povos de culturas e religiões diferentes. O mundo cristão deve gerar profetas de paz, descobridores de novos caminhos, de novas modalidades de coexistência, pessoas que vivem, no presente, situações futuras da comunidade cristã.

Nesta direção deve situar-se o exercício do pluralismo e do diálogo intra-eclesial, com as demais tradições cristãs e com o mundo no seu conjunto. Há oposições ao pluralismo intra-eclesial e levanta-se uma onda de retorno que procura reconstituir grupos de poder absolutista e posições anti-modernas. Isso pode ser considerado, por alguns, indispensável para sobreviver. Mas não se trata de “sobrevivência” e sim de missão, de suplemento de vida e *vida em abundância* (Jo 10,10). Uma ação de sobrevivência sinaliza apenas a proximidade da morte.

Com relação à justiça, o testemunho exige a invenção de novos modelos de solidariedade e de igualdade e ao mesmo tempo a capacidade de solucionar todas as situações, especialmente as de injustiça e opressão, de forma a remir e salvar todas as partes em conflito. O mandamento que aprendemos de Cristo, exige que se parta dos mais necessitados para que todos possam ser incluídos. A opção pelos pobres, em fidelidade ao mandamento, implica a solidariedade com suas lutas, de modo a realizar a fraternidade e a igualdade anunciadas como condições da presença do Reino. Esse mandamento implica também compartilhar as condições de pobreza e de exclusão como testemunho da esperança da salvação oferecida por Deus, inclusive no interior das estruturas injustas e opressoras.

Nesta perspectiva insere-se também o testemunho de fidelidade às exigências éticas na vida social. É possível superar os costumes de cumplicidade e a busca de privilégios. É possível superar a corrupção e chegar a formas de vida social transparentes e honestas.



A CF ecumênica é um programa global que absorve todas as energias eclesiais. É um instrumento missionário complexo que engloba oração, liturgia, reflexão, testemunho, anúncio do Evangelho, debate e ação política, movimentação social, promoção e cooperação, continuidade. Mas o testemunho cristão é eficaz somente se for caracterizado pela globalidade. Lutas pontuais, não coerentes com um projeto global, são destinadas à falência. A partilha no nível particular e local não é mais eficaz em época de globalização, pois os problemas não são colocados mais, como nos séculos passados, nesse nível local. A Igreja dos pobres deve ser um projeto global para ser eficaz, a paz é um valor inclusivo, a solidariedade uma atitude vital.

Conclusão

As Campanhas todas servem para desencadear processos que, a longo prazo, com certeza, produzirão a paz, como fruto da justiça e da solidariedade. Se a Campanha da Fraternidade – 2005 Ecumênica conseguir solidificar ainda mais o pacto ecumênico dos cristãos e cristãs, em favor da justiça, da solidariedade e da paz, terá contribuído eficazmente para manter vivo o processo que nos aproxima da paz. Se esta segunda CF ecumênica for considerada seriamente como o início de uma nova fase da missão cristã no Brasil, poder-se á garantir a continuidade de uma presença renovada das comunidades cristãs em uma sociedade em busca de reconciliação.

Endereço do Autor:

SCS Quadra 01 Bloco E
Edifício Ceará, 713
70303-900 Brasília, DF